

# SIG INTERVENÇÕES PSICANALÍTICAS: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS E CLÍNICA

SIG INTERVENCIONES PSICOANALÍTICAS:  
PROBLEMATIZACIONES TEÓRICAS Y CLÍNICA

Bárbara de Souza Conte<sup>1</sup>

Eurema Gallo de Moraes<sup>2</sup>

Marilena Deschamps Silveira<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa, por meio de algumas intervenções realizadas ao longo dos vinte anos de trabalho do SIG Intervenções Psicanalíticas, a experiência coletiva de trabalho com grupos e indivíduos em situações de angústia e traumáticas diante da violência. A partir da escuta do testemunho e de problematizar operadores clínicos que dessem conta de pensar na organização psíquica, analisamos o silenciamento como operador da violência.

**Palavras-chave:** Escuta. Grupos. Psicanálise. Silenciamento. Violência.

*Resumen:* Este trabajo analiza, a través de algunas intervenciones realizadas a lo largo de los veinte años de trabajo de Sig Intervenções Psicanalíticas, la experiencia colectiva de escucha con grupos e individuos en situaciones de angustia y traumáticas frente a la violencia. A partir de la escucha de testimonios y cuestionamientos a operadores clínicos que pudieran pensar en la organización psíquica, analizamos el silenciamento como operador de violencia.

*Palabras Clave:* Escucha. Grupos. Psicoanálisis. Silencio. Violencia.

A proposta de escrever este texto partiu de muitos pontos: a transmissão da psicanálise, seus lugares possíveis e impossíveis, as instituições e o trabalho coletivo. Têm em comum que podemos pensá-los através do trabalho do SIG Intervenções Psicanalíticas.

Em nosso desafio como psicanalistas neste mundo em que vivemos, em tempos de clivagem, dissociação, forclusão, buscamos intervir na realidade material, na direção de resgatar e recompor as versões no campo simbólico de sentidos desde o imaginário até o real do sujeito. O fato é um, o discurso é outro, como em uma postagem de WhatsApp que dizia:

a FUNAI é contra os índios, o IBAMA é contra a natureza, o INCRA é contra a reforma agrária, o MEC é contra as universidades, a FUNDAÇÃO PALMARES é contra os negros, a CULTURA é contra os artistas e o Presidente eleito é contra a democracia.

<sup>1</sup> Psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG Intervenções Psicanalíticas. E-mail: bdesouzaconte@gmail.com

<sup>2</sup> Psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG Intervenções Psicanalíticas. E-mail: euremagallo@gmail.com

<sup>3</sup> Psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG Intervenções Psicanalíticas. E-mail: marilenedeschampss@gmail.com

Ao utilizarmos esta mensagem de WhatsApp para pensarmos o contexto do sujeito hoje, diríamos que é o de contradição, em que o inconsciente que não está barrado pela lei, que tem a palavra do pai como interdito, não encontra condições de operar com oposições, relações e simetria.

Os recursos psíquicos do sujeito estão no ritmo do atordoamento; nesta engrenagem as produções do inconsciente não são aquelas as quais resultam de uma cadeia associativa com seus recortes recalcados e disfarçados, mas são, sim, produções que encontram na expressão em ato a descarga que mutila a compreensão do sujeito em si mesmo e com o outro. Naquele ponto, onde o interdito civilizatório falha, há o desmentido do reconhecimento da diferença intersubjetiva e se instala a violência, em todas as suas nuances e na direção da meta arbitrária, onde o gozo é a apropriação da condição de ser do outro. Não temos como não pensar no texto de Lacan (1992), no qual afirma que “o proletário não é simplesmente explorado, ele é aquele que foi despojado de sua condição de saber. A pretensa libertação do escravo teve, como sempre, outros correlatos. Ela não é apenas progressiva. Ela é progressiva à custa de um despojamento” (p. 157).

Assim, estamos em um contexto em que buscamos nos situar em uma condição de saber que despoja o sujeito de uma existência simbólica. A convocatória deste texto é a transmissão da psicanálise em seus lugares possíveis e impossíveis. Estamos diante de um lugar (im)possível, uma vez que ao ter este espaço podemos falar de experiências construídas a partir do trabalho institucional coletivo que tem a psicanálise como objeto. A escuta do sujeito e as possibilidades de fala em vivências coletivas, até então silenciadas e despojadas do saber, tornaram-se possíveis através de testemunhos.

As experiências abordadas marcam a trajetória do SIG Intervenções Psicanalíticas e relacionam-se entre si, pois falam de violência e evidenciam importantes balizadores que apontam como foi se configurando nosso atual “estado civilizatório” na complexidade de instituir sujeitos pensantes e livres.

Na pré-história do SIG Intervenções Psicanalíticas, fizemos escutas solicitadas por escolas, no período de 2010 a 2011. Essas escolas apresentavam vários problemas entre professores e alunos, entre os próprios professores, professores e pais, e que de forma previsível reproduziam situações de violência, como forma de “apresentar” o que estava ocorrendo dentro desses espaços que apontavam para a falta de assimetria, certo desacato a partir de pequenos delitos, à autoridade que a escola representava.

A partir desses pontos entendíamos como ocorria a aceitação e/ou imposição das normas impostas nas vivências do trabalho a ser executado nos grupos com os alunos, e entre os professores. Assim, as alterações de horário ou não comparecimento reproduziam nos grupos entre os professores e nós um desafio quanto à proposta de escuta. Não havia lugar para os diferentes momentos e assuntos. Ficávamos todos atordoados pela “inundação” de queixas e exigências. Depois de concluída nossa participação entendemos que fora um pedido para “validar” um projeto da escola, tinha que acontecer e as regras já estavam formadas a priori.

A primeira experiência clínica do SIG Intervenções, ato inaugural de um projeto de intervenção psicanalítica em espaços coletivos, trouxe como problema o que é de nossa prática, o sofrimento psíquico por conflitos, neste caso: a escuta de refugiados. Pessoas que desde seus países de origem chegavam ao Rio Grande do Sul para programas de reassentamento, sem falar nossa língua nem conhecer nossa terra, tinham que ser escutadas.

## ARTIGO

Em nosso contrato de trabalho à época, 2012, propúnhamos uma abordagem clínica voltada à escuta das histórias de violência que obrigavam tais sujeitos a realizar um pedido de refúgio, ou seja, o abandono involuntário de seus países de origem. A proposta de intervenção se daria de forma complementar ao trabalho de acompanhamento social da agência que os recebia e a oferta de escuta psicanalítica junto às famílias e/ou indivíduos refugiados em processo de reassentamento.

Devido à multiplicidade de violências sofridas pelos participantes do projeto de reassentamento solidário, como perseguição política, tortura, estupro, assédio sexual, dentre outras, exigia-se uma proposta que levasse em conta a peculiaridade de cada trauma e suas manifestações. Partíamos do princípio de que o trauma é (a)temporal e, por conseguinte, se reproduzia no encontro com novas situações de angústia, dentre as quais o processo de assentamento e a própria situação de fala.

A proposta foi trabalhar individualmente, ou em grupo, quando necessário, aquilo que aparecesse em nível sintomático como expressão do sofrimento do sujeito refugiado. Partindo desta escuta clínica procuramos estabelecer um trabalho de reconstrução das cenas traumáticas que ficavam silenciadas, mas sempre produzindo efeitos. O desafio residia em construir laços de confiança para que tais sujeitos pudessem rearticular os momentos de violência que não encontravam lugar psíquico, tampouco social, para serem falados.

Nessa experiência clínica, a violência figurava nas manifestações de sintomas de uma temporalidade particular. Sintomatologia que se expressava desde o mutismo, problemas na fala, déficit no pensamento, dificuldades na aprendizagem até as expressões somáticas de grave repercussão: psicoses, depressão e fobias. Dentro desse amplo espectro de manifestações, considerávamos que a situação de reassentamento é, muitas vezes, injuntiva, isto é, traz à tona medos e feridas ainda não cicatrizados, que falam de clivagens psíquicas frente aos acontecimentos vividos por esses sujeitos em seus países de origem.

Como se estabelecer em um novo lugar quando esses se encontram desterritorializados de si mesmos? Diversas resistências e defesas se erigiam nesse momento de convocatória a assumir um novo espaço de vida que, por vezes, contradiziam suas próprias falas e desejos, uma vez que não conseguiam se ver acolhidos em uma nova pátria, como, por exemplo, a dificuldade/resistência em aprender o português e o impasse surgido quando se interrompeu o trabalho. Obstáculos que nos comprometiam com a escuta e na execução do encontro necessário entre nós e a equipe/instituição contratante de nosso no trabalho.

No mesmo ano de 2012 iniciamos outra experiência, a partir da busca de um grupo de professores por um espaço para discutir os casos dos alunos, no formato de uma supervisão. Entendemos esta proposta como reprodução do conflito do grupo entre si e na prática de seu trabalho: o lugar da identidade e da diferença na fronteira da in/exclusão. Transferência que se estabelecia na busca de que houvesse um “parecer”, um “saber” dos psicanalistas da SIG sobre o que estava ocorrendo, reproduzindo que o saber estava destinado a alguns “incluídos”.

A instituição “escola” apresentava-se, então, como uma zona privilegiada de apresentação dos sintomas sociais, que se expressavam no comportamento de alunos, professores e pais. A escola em questão atende crianças e adolescentes cujos diagnósticos os colocam como necessitados de cuidados especiais, e onde o tema da inclusão/exclusão é exaustivamente examinado. Pauta-se por

discussões que levam em conta que a inclusão não é anular a diferença, mas sim redimensioná-la. Significa

pensar a diferença dentro de um campo político, no qual experiências culturais e comunitárias e práticas sociais são colocadas como integrantes da produção dessas diferenças. A diferença não pode ser entendida como um estado indesejável ou impróprio. Ela inscreve-se na história e é produzida por ela (Conte, 2007).

Ao lado disso, havia muitas situações de violência na escola, predominando um clima tenso que eles assinalavam dizendo que “a palavra estava escapando”. Trabalhamos esta fala como uma representação da situação do grupo, onde a violência era o “não falar” entre os membros, a falta de integração entre os professores, e a ausência da diretora no grupo. Ausência da palavra de quem detinha o saber e o poder e o efeito disto, percebido na falta de identificação entre o grupo.

Tema que se desdobrou no andamento de encontros entre os velhos e os novos introduzindo o sentimento de desvalor e que reproduzia a angústia de quem detinha o saber, ou o não saber, destituição de um lugar de valor – que identificava os professores com seus alunos – que reproduzia a violência da exclusão, a ausência da palavra e um desmantelamento do investimento nas pessoas e no trabalho, o que levava os professores ao desamparo e adoecimento.

O tema do grupo passa a ser a transmissão dos velhos para os novos quando em 2016 ingressam oito professores na escola, “mas deixando um lugar aberto para a descoberta”. Contam o comentário de um professor antigo para o novo sobre um aluno: “o F quando vai para o recreio tem que levar uma chave”. Mediante o efeito do estranho na observação o professor procura criar alternativas para que o aluno aproveitasse, mais livre, o espaço da recreação.

O saber dos *velhos* precisa ser transmitido, mas necessário se faz deixar lugar para a criação dos *novos*. Fomos trabalhando exatamente o lugar de passagem e o de invenção, buscando integrar os velhos e os novos como um grupo. Uma nova chave.

Passados cinco anos desde o início do trabalho do SIG Intervenções Psicanalíticas nesta escola, no contexto da chegada de novos professores, houve uma proposta para que os novos soubessem da história do grupo. A partir daí evoluiu para que os três grupos existentes (monitores, mães e direção) fossem trabalhados conjuntamente. Esse movimento convergiu para a nossa proposta de um encontro conjunto de todos os que trabalhavam na escola.

A proposta foi aceita. No último encontro do ano de 2016, com sala cheia, um professor, recém-chegado à escola, pergunta: o que é a SIG? Brevemente apresentamos nosso trabalho de escuta ao grupo e a seguir o professor diz: “Então eu vou propor falar sobre a morte de MF, aluno que saiu da escola para o hospital e morreu dois dias depois”. Todos estavam muito mobilizados, mas silenciados. “Estou aqui há três meses e já perdi dois alunos. É muito difícil. Como se faz com isso? Ele cantava pombinha branca... e aí desapareceu. Como superar isso? E o outro que foi assassinado?”. O silêncio da violência irrompe e assim como o luto não realizado nas perdas, fragiliza o sujeito e adoce as possibilidades dos recursos no coletivo.

A extraterritorialidade da psicanálise é possível a partir de fazer trabalhar seus fundamentos, no sentido dos alicerces teóricos que sustentam a presença da psicanálise com sua inquestionável contribuição civilizatória à cultura.

Encontramos, assim, a possibilidade, como psicanalistas, de abrir processos de escuta para além da clínica privada. O material que transportamos é o mesmo, ou seja, a alteridade do encontro e a reciprocidade no contrato com a palavra.

Tal como as ilustrações mostram, a fala de testemunhos individuais encontra na escuta coletiva também uma experiência de possibilidades. Percebe-se que as intervenções psicanalíticas são processos que não operam o fechamento de uma compreensão apressada ou linear, mas, ao contrário, vão gerando, através do testemunho, um campo de enunciados, os quais se refazem em outras interpretações e nas modalidades de implicações subjetivas. Neste ponto, a palavra silenciada pela violência consegue subverter o pudor e a vergonha, tornando-se um corpo cicatrizado na responsabilidade coletiva.

Enquanto isso, em início de 2013, iniciou-se um novo desafio, o trabalho com a violência de Estado: o Clínicas do Testemunho, primeiro projeto de reparação psíquica dirigido aos afetados pela violência de Estado no período da ditadura civil-empresarial-militar (1964-1985). Temos um acervo de livros e trabalhos produzidos ao longo dos cinco anos em que o projeto foi sustentado pela Comissão de Anistia, até sua extinção pelo golpe de Temer, em 2018.

Assim, marcamos as experiências simultâneas de escutas da violência de Estado em uma escola municipal, em um projeto de reassentamento de refugiados e a partir do testemunho a reparação psíquica dos efeitos dos tempos da ditadura.

Pensamos que esta é uma data de corte importante, pois alguns operadores que observamos em nosso trabalho de 2010 até 2017 e a partir desta data apontam linhas de compreensão para o que está ocorrendo hoje, 2022, véspera das eleições para presidente, governadores e deputados federais.

### **O SILENCIAMENTO COMO OPERADOR DA VIOLÊNCIA**

A escuta da violência como política de Estado permitiu redimensionar a compreensão das formas do silêncio imposto pela tortura, exílio, desaparecimentos forçados. Experiências não faladas pelo silenciamento imposto, mas mostradas através de corpos marcados, mutilados, e no psiquismo melancolizado frente às perdas impossíveis de serem elaboradas na ausência dos corpos, nas mentiras e censura às perguntas sem respostas. Também silêncios.

Voltemos então ao início, quando apontamos que no ponto onde o interdito civilizatório falha há o desmentido do reconhecimento da diferença intersubjetiva. Instala-se, assim, a violência, o gozo, ou seja, a apropriação da condição de ser do outro. Como pensarmos o silenciamento a partir dos corpos violados e o psiquismo fraturado?

Em 1938, Freud assinala a noção de desmentido como processo defensivo, pelo qual o eu responde ao conflito com duas reações contrapostas, uma considera a realidade, e a outra nega a realidade, estabelecendo assim uma condição de apaziguamento da angústia diante do exterior ameaçador, à custa de uma cisão no eu.

Ao considerarmos a cisão, enquanto possibilidade de promover o silêncio, apontamos duas perspectivas. Por um lado, no sentido do desmentido dentro do social. Ao impor uma dúvida, marcando uma negatividade com relação à realidade da experiência, se estabelece um vazio de registro sobre o acontecido. Foi assim que, durante o desenvolvimento do Clínicas do Testemunho

em Santa Catarina, ouvimos a pergunta “mas isso também aconteceu aqui?” (Barros, Silva, & Silveira, 2018), num misto de afirmação e negação.

Em relação ao sujeito, poderíamos tomar a cisão a partir de um excesso de intensidade o qual não permite a integração ao território psíquico. Pensamos um dentro, mas “extraterritorial”, um dentro/fora. A realidade vivida por demais insuportável exige uma clivagem na tópica. Assim sendo, não consegue atender ao modelo de funcionamento do recalçamento e suas possibilidades de retorno do recalçado.

Denominamos território psíquico o espaço de funcionamento e de circulação entre os sistemas do aparelho, que deriva em formações do inconsciente, atendendo ao interdito, e por onde um tanto do pulsional se liga às representações que trazem o retorno do recalçado, e revelam o narrar de uma história singular. Portanto, o traumático causa um colapso e falha a representação por onde pudesse regular a intensidade. O sujeito encontra-se em desamparo, e neste território, o outro deixou de estar.

Nessa condição, temos um sujeito despojado do saber de si, silenciado, e sem ancoragem num laço social que lhe auxilie a não estar desterritorializado. Colocamos, então, que o desmentido cinde, desterritorializa, segrega o sujeito e, ao mesmo tempo, esses efeitos produzem consequências psíquicas que impedem trazer à tona as marcas de uma história e sua possível elaboração, no individual e no social. Falta um outro, um semelhante, que venha a conceder condições de reconhecimento, sendo presença que não retraumatize.

Poderíamos considerar, então, que quando Lacan assinala a libertação progressiva do escravo à custa de um despojamento do saber, essa progressão, ao mesmo tempo que aponta para uma impossibilidade de um saber do passado e de si, exige um movimento de compulsão à repetição, em que o que pode ser dito se restringe ao desmentido, o que promove a repetição da violência. O sujeito fica posto para fora do território da fala.

Portanto, a sustentação do testemunho como dispositivo de intervenção psicanalítica se alicerça na possibilidade de “territorializar” o sujeito, já que ao reconhecê-lo tendo sofrido a violência abre a fronteira em direção à fala e à escuta, permitindo um circuito pulsional que passe pelo(s) outro(s), pelos laços sociais. A possibilidade de circulação de formações psíquicas que historizam e desfazem o silêncio se revela no testemunho e irá estender seus efeitos no campo político-social.

Nesta direção cria-se um duplo caminho: o primeiro, as condições de recepção para que se desfaça o silêncio; o segundo, a resistência à repetição da prática da censura instituída, historicamente, pelo “apagamento” de memória, distorção e desmentido da realidade dos fatos.

A censura passa a ser uma forma de dominação, pois “interdita da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (Orlandi, 2007, p. 76). A condição de testemunhar e reparação passam a ser impedidas, “não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer” (Orlandi, 2007, p. 77).

Portanto, queremos marcar que há formas distintas de criar o silenciamento: o desmentido do outro que desautoriza a percepção dos fatos, e o interdito sócio-histórico, quando os fatos são ocultados e adulterados.

## ARTIGO

O silêncio da censura não torna coincidente o não dizer ao não saber. A quebra do silenciamento frente à censura também dá acesso à palavra, pois re-coloca no circuito pulsional condições de recomposição simbólica e concerne ao dito e ao não dito, à ética e ao político (Orlandi, 2007). Nesse contexto buscamos ressituar uma condição de saber que restitui ao sujeito a sua existência simbólica.

Ao marcar operadores para pensarmos a diferença do silêncio do próprio sujeito frente a uma situação de violência do outro, do silenciamento ou censura imposto pela violência de Estado, que supõe a “morte” do simbólico, a desterritorialização como dominação, apontamos que o “sequestro” da palavra e da capacidade de elaboração simbólica, efeitos de excesso do traumático, obstaculiza o trabalho das perdas e das sequelas da violência.

Este é o sentido que sustentamos da experiência analítica como intervenção da psicanálise, nas palavras de Laplanche (1989) de que intervir é intrometer-se, estar presente na vida. Diferencia-se “sutilmente” de uma interferência, que é ter efeito e determinação causal. O movimento de contato com o movimento do objeto de estudo não possui a pretensão de estabelecer se é o sujeito que faz o grupo ou se ele está constituído pelo grupo, mas abre espaço para reflexão sobre de qual é o lugar do qual fala cada sujeito dentro de um grupo.

## REFERÊNCIAS

- Barros, A. F. O., Silva, J. R., & Silveira, M. D. (2018). Isso também aconteceu aqui: construção de um espaço de escuta em SC. In Instituto APPOA, **Por que uma clínica do testemunho?** Clínicas do Testemunho RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPOA.
- Conte, B. et al. (2007). Grupo de escuta com professores: dispositivos e resultados da intervenção grupal. **Anais do Congresso da FLAPPSIP**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Freud, S. (1938). **La escisión del yo en el proceso defensivo** (Obras Completas). Buenos Aires: Amorrortu.
- Lacan, J. (1992). **O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche, J. (1989). **Nuevos fundamentos para el psicoanálisis, la seducción originaria**. Buenos Aires: Amorrortu.
- Orlandi, E. P. (2007). **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp.